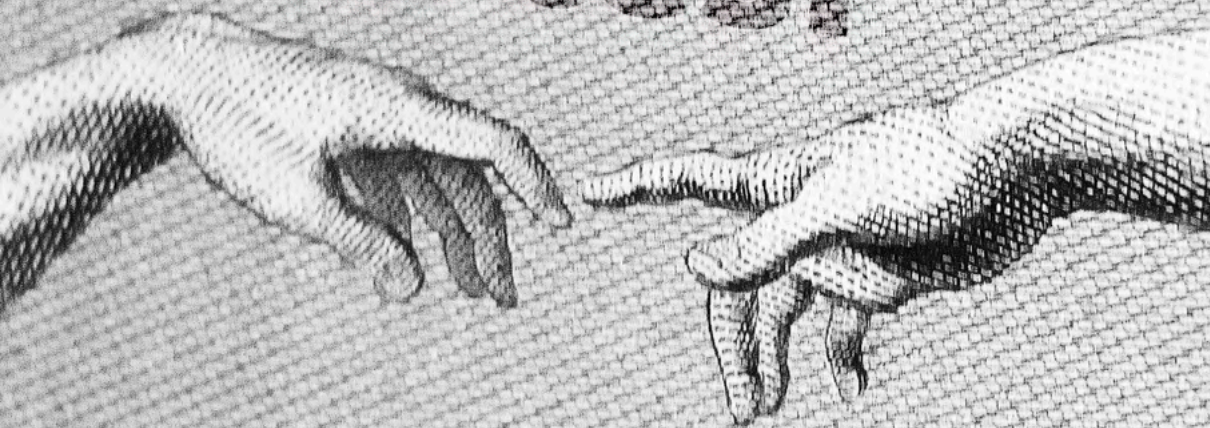


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Linguística, letras e artes: teorias e práticas interdisciplinares em espaços educativos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes: teorias e práticas interdisciplinares em espaços educativos / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-495-2
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.952212009>

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES: TEORIAS E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES EM ESPAÇOS EDUCATIVOS**, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área da Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos literários e estudos em educação, práticas pedagógicas e ensino.

Estudos literários traz análises sobre autores como Gil Vicente, Woody Allen, Carolina Maria de Jesus, Clarice Lispector e David Gonçalves.

Em estudos em educação, práticas pedagógicas e ensino são verificadas contribuições que versam sobre formação docente, formação de leitores, segunda língua, ensino de línguas, atuação presencial e remota, metodologias ativas, educação escolar indígena, EaD.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DOCTRINA E COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA NO *AUTO DA CANANEIA* (1534), DE GIL VICENTE

Alexandre Soares Carneiro


Maryna Galliani Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120091>

CAPÍTULO 2..... 7

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CONTO “O CASO KUGELMASS”, DE WOODY ALLEN

Mariana Alice de Souza Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120092>

CAPÍTULO 3..... 16

O TABU DO OBJETO: O FUNCIONAMENTO DO MECANISMO DE CONTROLE DO DIZER NO LIVRO “LOVE UPON THE CHOPPING BOARD”

Jéssica Akemi Kawano Ribeiro


Roselene de Fátima Coito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120093>

CAPÍTULO 4..... 24

A LITERATURA AFROAMERICANA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FURB, ENTRE 1994 E 2004

José Endoença Martins


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120094>

CAPÍTULO 5..... 36

A MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Marcos Antônio Fernandes dos Santos

Geize de Jesus Silva de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120095>

CAPÍTULO 6..... 50

SENTIDOS DA PAIXÃO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA EM CONTOS DE CLARICE LISPECTOR

Ranyelee da Silva

Francisco Afrânio Câmara Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120096>

CAPÍTULO 7..... 56

RESSIGNIFICAÇÕES DA MEMÓRIA NAS NARRATIVAS FICCIONAIS DE DAVID GONÇALVES

Cladir Gava

Taiza Mara Rauen Moraes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120097>

CAPÍTULO 8..... 65

A (DE) FORMA-AÇÃO DE UM PROFESSOR CARTÓGRAFO: COMO CHEGAMOS A “SER” PROFESSOR?

Jorge Garcia

Alberto d’Avila Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120098>


CAPÍTULO 9..... 75

FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DESENVOLVIMENTAL: SENTIDOS E REFLEXÕES

Sandra Maria Araújo Vilela

Kelly Cristina Ferreira

Thainara Nominato Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9522120099>

CAPÍTULO 10..... 86


O AVANÇO E AS TRANSFORMAÇÕES DA ESCRITA: O ATRIBUTO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Sinthia Moreira Silva

Camila do Rosario Silva Barreto

Nayara Felicíssimo Amaral

Sibele Souza Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200910>


CAPÍTULO 11..... 99

EL MIEDO COMO OBSTÁCULO PARA APRENDER UNA SEGUNDA LENGUA

Gabriela Madrigal Barragán

Dora Alicia Daza Ponce

Bertha Guadalupe Rosas Echeverría

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200911>

CAPÍTULO 12..... 105

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Ezequias Felix de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200912>

CAPÍTULO 13..... 115

AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA

Diana Vasconcelos Lopes

Eduardo Barbuio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200913>

CAPÍTULO 14..... 128

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS: SUBPROJETOS DE INGLÊS DO PIBID E RP


Ana Karina de Oliveira Nascimento
Maria Amália Vargas Façanha
Marlene de Almeida Augusto de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200914>

CAPÍTULO 15..... 142

VAZANTE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE FÍLMICA


Larissa Chaves Pinto
Túlio Henrique Pinheiro
Jordânia Grazielle de Souza
Jocimara Fernandes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200915>

CAPÍTULO 16..... 152

ATUAÇÃO PRESENCIAL E REMOTA DO PROJETO LIBRAS- AMPLIANDO O CONVÍVIO SOCIAL


Camila Giacomini Guimarães
Mona Cristina Esper
Maria Clara Luciano Silva
Alline Moraes de Sousa
Ana Beatriz Pereira Araujo
Celina da Conceição Simi
Isabelle Coelho Mota
Kang Hey Won
Natália Mendes Rodrigues
Paola Cosme Jesus
Raquel Leliz de Almeida Maito
Isabella Monteiro de Castro Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200916>

CAPÍTULO 17..... 164

PROGRAMA CONTA PRA MIM: EDUCAÇÃO ESTÉTICA OU PEDAGOGIA MORAL?


Gong Li Cheng





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200917>

CAPÍTULO 18..... 177

AS METODOLOGIAS ATIVAS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO

Geova Rodrigues Pinheiro
Maria Raimunda Ramalho da Silva
Marcilene Alves de Assis Araujo
Lucas dos Santos Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200918>

CAPÍTULO 19	197
ASSUJEITAMENTOS DISCURSIVOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ENTRE CANIBAL PRÓSPERO	
Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200919	
CAPÍTULO 20	213
FOLCLORE EM HQ NA TÉCNICA MANGÁ: UMA STORYTELLING PROMOVEDO O ENGAJAMENTO DURANTE O ENSINO REMOTO NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE PE	
Rosângela Maria Dias da Silva Jane Gomes de Andrade Maria Ferreira de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200920	
CAPÍTULO 21	228
POTENCIALIDADES DO FÓRUM DE DISCUSSÃO EM EAD VIA PLATAFORMA <i>MOODLE</i> NO CURSO DE LETRAS/PORTUGUÊS NEAD/UESPI	
Delzenete de Sousa Barbosa Ederson Dias de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200921	
CAPÍTULO 22	241
GRUPO DE HABILIDADE DE VIDA: O SUICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR EM LINGUAGENS	
Vanessa Cristina Alves da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.95221200922	
SOBRE O ORGANIZADOR	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2021

Ezequias Felix de Andrade

Nepel/UFPB

Paulista-PE

<http://lattes.cnpq.br/3718272715969870>

RESUMO: Ao longo dos mais de 500 anos de sua existência, o ensino de Língua Estrangeira (LE) no território brasileiro só ocorre oficialmente no início do século XIX com chegada da família real portuguesa ao Brasil quando surgiram as primeiras legislações voltadas para o ensino de LE. Do século XIX até os dias atuais, muitas transformações ocorreram no cenário educacional brasileiro em relação ao ensino aprendizagem de língua estrangeira, desde o ensino do grego e do latim, consideradas línguas clássicas, até as línguas estrangeiras modernas como inglês, francês, alemão e italiano. São muitas as leis sancionadas e revogadas ao longo do tempo, reformas educacionais que alteram o desempenho do professor e da escola. Considerando esse conjunto de documentos oficiais, o objetivo deste trabalho é apresentar um panorama histórico do ensino de LE no Brasil desde sua primeira resolução em 1809 até a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como também a lei 11.161 de 05.08.2005 e ainda a medida provisória nº 746 de 22.09.2016. Para alcançar este objetivo, realizamos uma análise documental nas políticas linguísticas declaradas, bem como fizemos uma revisão de literatura que tratam sobre essa questão. Assim, esse percurso

do ensino de língua estrangeira no Brasil nos leva a perceber um destaque maior para o ensino de língua inglesa. Subsidiamos esta pesquisa na noção de política linguística de Spolsky (2004, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Língua Estrangeira, Ensino, Legislação.

BRIEF HISTORICAL OF FOREIGN LANGUAGE TEACHING IN BRAZIL

ABSTRACT: For more than 500 hundred years of existence the teaching of foreign language in Brazil only officially occur at the beginning of nineteenth century when the real Portuguese Family arrived to Brazil then it was created the first law applied to foreign language teaching. From nineteenth century to now many changes occurred on Educacional Brazilian scene in relation to teaching/learning of foreign language. Since the teaching of Greek and Latin, the classical languages until modern foreign language like English, French, German and Italian. Many laws are sanctioned and revoked by the time, educacional reforms that change the performance of the teacher and of the school. Taking into account this set of official documents, the aim of this paper is to present a historical overview of the teaching of foreign language in Brazil since the first resolution in 1809 until the law 9.394 from December 20, 1996, as well the law 11.161 from August 5, 2005 and yet the provisional term nº 746 from September, 22, 2016. To reach this aim, it was done an analyze of documents on Language Policy, as well a review of the literature which focuses on the topic. So, this route of

foreign language teaching in Brazil takes us see a greater emphasis on teaching of English, The base of this research is the notion of Language policy of Spolsky (2004, 2009).

KEYWORDS: Foreign language, Teaching, Legislation.

1 | BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

O ensino de língua estrangeira no Brasil tem sido tema de estudos e pesquisas por muito tempo, desde o período imperial com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, quando se publicou a Decisão nº 29 – Resolução de consulta da mesa do desembargo de 14 de julho de 1809, conforme Vidotti (Anexo 2, p. 1) “crea nesta cidade uma cadeira de Arthmetica, Algebra e Geometria, uma de Inglez e uma de Francez”.

Deste modo, oficialmente o ensino de língua estrangeira no Brasil só ocorre no século XIX com a chegada da família real portuguesa ao país quando sugeriram as primeiras legislações voltadas para o ensino de LE.

É notória a presença do Estado no controle das línguas no país, ainda no século XVIII, o governo do Marquês de Pombal impôs a língua portuguesa como língua oficial do país, proibindo qualquer outra manifestação linguística, inclusive indígena.

No início do século XIX, através da Decisão nº 29, já mencionada, inicia-se o ensino do idioma inglês e francês considerados como línguas vivas, juntamente com o grego e latim (as línguas clássicas). Após a criação do Colégio Pedro II, o ensino do alemão e do italiano também é implementado.

É possível perceber que o Brasil imperial almejou alcançar os mesmos patamares culturais das cidades europeias através do ensino de línguas estrangeiras, fundação de universidades, academia militar, cursos de medicina e jurídico, bibliotecas, implantação da imprensa, dentre outros aspectos.

Também o século XIX foi cenário de grandes mudanças políticas e reformas educacionais, implantação do Governo Imperial (1808), Proclamação da Independência (1822) e a Proclamação da República (1889). Todos esses fatores influenciaram no sistema educacional, sobretudo, no ensino de línguas. Leffa (2008, p. 4) afirma que “foi ainda no império que se iniciou a decadência do ensino de línguas”. Complementa (2008, p. 5) que

Ainda que não se tenha estatísticas exatas sobre aspectos importantes do ensino de línguas desse período, muitos deles dependentes de decisões locais tomadas pelas congregações das escolas, tais como a carga horária semanal de cada língua ensinada, o que se tem, através de leis, decretos e portarias, mostra uma queda gradual no prestígio das línguas estrangeiras na escola.

Com o advento da Primeira República, após a reforma de Fernando Lobo em 1892, várias mudanças foram aplicadas ao ensino de línguas, houve uma redução ainda mais drástica na carga horária, já que de 76 horas semanais/anuais em 1892 reduz-se a 29 horas em 1925, retira-se o ensino do grego, o italiano torna-se facultativo, o inglês e o alemão

permanecem. Adota-se a frequência livre, “desoficializando” o ensino. (LEFFA, 2008, p. 6).

Deste modo, ensino de línguas perde prestígio, torna-se algo irrelevante, facultativo, mesmo os idiomas obrigatórios não atraíam a atenção dos estudantes, pois eles tinham certeza de aprovação.

Em 1930, cria-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública e em 1931, foi instituída mais uma reforma educacional atribuída a Francisco de Campos, a qual visa ao soerguimento da educação do segundo grau, em que se extinguiu a frequência livre, instituiu-se o regime seriado obrigatório visando à preparação para universidade e formação integral do adolescente.

Em relação ao ensino de línguas, houve mudanças quanto ao conteúdo, mas a ênfase maior é dada à metodologia. Introduziu-se no Brasil em 1931, o Método Direto do qual um dos seus aspectos consiste em ensinar o idioma no próprio idioma.

Já em 1942, uma nova reforma educacional é implementada, a reforma Capanema, que teve como grande virtude a equiparação de todas as modalidades do ensino médio: secundário, normal, militar, industrial e agrícola. Este fato democratizou o ensino, deixando todos os cursos no mesmo patamar.

Houve também a divisão em um primeiro ciclo chamado de ‘ginásio’ com duração de quatro anos e um segundo ciclo, com duas subdivisões, uma chamada de ‘clássico’ com ênfase no estudo das línguas clássicas e modernas e outra denominada ‘científico’ com ênfase no estudo das ciências (física, química, biologia, matemática etc.).

A Reforma Capanema foi a que deu mais importância ao ensino de línguas estrangeiras. Desde o ginásio até o científico ou clássico, estudava-se latim, francês, inglês e espanhol. “Muitos terminavam o ensino médio lendo os autores nos originais.” (LEFFA, 2008, p. 11). Além dessas reformas, as leis de diretrizes e bases também interferiram no ensino de LE como veremos a seguir.

2 | AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES E O ENSINO DE LE

Conhecer as leis de diretrizes e bases e suas relações com o ensino de língua estrangeira é relevante, pois propicia um panorama das políticas públicas criadas para o ensino de LE. Essas políticas públicas variam de acordo com os interesses dos gestores e a importância que é dada ao ensino em geral.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi publicada em 20 de dezembro de 1961, manteve o mesmo tempo de curso para o Ensino Médio, subdividiu em ginásio com quatro anos e colegial com mais três, criou o Conselho Federal de Educação composto por 24 membros nomeados pelo Presidente da República, dentre as atribuições define cinco disciplinas obrigatórias para todo país, cabendo aos conselhos estaduais inserir disciplinas optativas.

Com relação ao ensino de línguas, algumas alterações também foram implantadas,

o ensino de latim foi retirado do currículo, o francês teve sua carga horária reduzida, o inglês permaneceu sem muitas mudanças, sendo praticamente a única língua estrangeira lecionada no país.

Quase dez anos depois da primeira, uma nova LDB é publicada em 11 de agosto de 1971. Esta nova lei diminui o tempo de ensino de 12 para 11 anos, introduzindo o 1º grau com duração de oito anos e o 2º grau com duração de três.

Ao 2º grau foi atribuída uma formação especial com ênfase na habilitação profissional, o que provoca uma redução drástica no tempo de ensino de LE.

Um parecer do Conselho Federal de Educação determina que o ensino de LE seja “dado por acréscimo” dentro das condições de cada estabelecimento. Em decorrência disto, no 1º grau não havia ensino de língua estrangeira, no 2º grau o ensino de LE ficou reduzido a uma aula semanal, e muitas vezes em apenas um ano.

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação é a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Esta lei muda a nomenclatura o 1º grau para Ensino Fundamental, e o 2º grau para Ensino Médio. O Ensino Fundamental passa a ter duração de nove anos, voltando a Educação Básica a ter doze anos de duração.

A nova LDB mantém uma base curricular nacional comum e uma parte diversificada que atenda a aspectos regionais e locais. Também estabelece a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira moderna a partir da 5ª série, hoje 6º ano do Ensino Fundamental, sendo a escolha definida pela comunidade escolar. No Ensino Médio se estabelece a obrigatoriedade de uma língua estrangeira e uma segunda língua estrangeira em caráter optativo.

Aliados à nova LDB são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que norteiam os objetivos de ensino de todas as disciplinas do currículo. Os PCN de língua estrangeira se baseiam no princípio da transversalidade, inserindo o ensino de LE em relação a diversos temas, como: a escola e a juventude, a diversidade cultural, os movimentos sociais, discriminação etc.

Os PCN, embora não se configurem como uma metodologia, propõem uma abordagem sociointeracionista com ênfase na leitura. No entanto, embora a habilidade de leitura seja mais exigida, a fala é importante para desenvolver aspectos profissionais, acadêmicos, sociais, portanto, percebe-se, então, uma restrição na aprendizagem, visto que as habilidades comunicativas de uma língua são quatro (falar, entender, ler e escrever), não se pode, ou pelo menos não se deve, privar o estudante de uma aprendizagem plena.

Como se pôde perceber, nesse levantamento histórico, o ensino de língua estrangeira no Brasil sempre esteve à mercê de interesses momentâneos, oscilando entre momentos históricos ou políticos do país.

3 | O ENSINO DE LE NA ATUALIDADE

O ensino de língua estrangeira no Brasil continua sofrendo as influências das políticas linguísticas declaradas Bonacina-Pugh (2012) apud Souza e Soares (2014), aquelas provenientes de ações governamentais que definem por força de lei qual a língua que deve ser ensinada nas escolas, sua carga horária, etc.

Um exemplo dessa política de gestão da língua é a lei 11.161 de 05.08.2005 que estabelece como oferta obrigatória o ensino de espanhol no Ensino Médio nas escolas brasileiras.

Embora a oferta seja obrigatória, a matrícula é facultativa para o ensino de espanhol ainda é pequena. E acaba prevalecendo o ensino de inglês.

Outro exemplo recente, a Medida Provisória nº 746 de 22.09.2016 que versa sobre a reforma do Ensino Médio que altera em alguns pontos a LDB 1996 (lei nº 9.394) institui o Ensino Médio em tempo integral com carga horário de até mil e duzentas horas.

Em seu artigo 26º estabelece que no Ensino Fundamental “será ofertado o ensino de língua inglesa a partir do 6º ano”, o que já é também estabelecido pela lei 9.394 de 20.12.1996.

No entanto, no artigo 36º versa o seguinte texto: “os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo de língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras em caráter optativo”.

Portanto, são muitas as leis, as normatizações, mas na prática, o ensino de língua estrangeira no Brasil continua relegado a um segundo, um terceiro ou quarto plano, na prática o ensino LE em nosso país é só um faz de conta. As escolas não têm estrutura adequada, os professores não têm formação nem fluência adequada. E os estudantes não têm noção da importância de se dominar uma língua estrangeira.

Nesta perspectiva, as noções de políticas linguísticas estabelecidas por Spolsky (2004, 2009), as práticas, as crenças e a gestão da língua fica extremamente limitada. As práticas que são as escolhas; não se pode escolher é só o inglês e ponto final. As crenças de que é importante dominar uma LE acaba por desmotivar o aprendiz, porque a estrutura e a qualidade de ensino ofertado não o permitem aprender de forma significativa. E gestão da língua, ou seja, o poder público não oferece mecanismos que viabilizem essa aprendizagem.

Portanto, é necessário se criar mecanismo, ações que possibilitem o aprendizado de LE no Brasil, sobretudo o aprendizado de língua inglesa por questões óbvias.

O domínio da língua inglesa atualmente é essencial a todo indivíduo, pois se tornou um conhecimento indispensável às relações sociais do mundo contemporâneo. Conhecer o idioma inglês significa ter acesso a inúmeras possibilidades nos campos corporativos, acadêmicos, científicos e tecnológicos.

Deste modo, a escola tem um papel preponderante no sentido de viabilizar esse

conhecimento, sobretudo às camadas menos favorecidas da sociedade, possibilitando uma condição de equidade no acesso a essas possibilidades.

Essas camadas menos favorecidas têm as escolas públicas de todo país como principal acesso a esse conhecimento. Por consequência, torna-se grande a responsabilidade de todos os segmentos que trabalham com Educação no país, pois precisam fazer com que a escola pública funcione de modo a oferecer igualdade de oportunidades para todos.

É sabido que conhecer uma língua significa utilizá-la em diferentes contextos, assim o estudante precisa desenvolver as habilidades comunicativas da língua, ou seja, (falar, entender, ler e escrever). O que leva ao questionamento

de que seria possível ao estudante de escola pública desenvolver essas quatro habilidades comunicativas na língua inglesa estudando na escola pública?

Para responder a essa pergunta é preciso desmistificar muitas crenças que foram introduzidas nas mentes de alunos e professores ao longo de décadas, pois é muito comum em sala de aula escutar frases do tipo: “pra quê estudar inglês, eu nunca vou para outro país”, “eu não sei falar nem português quanto mais inglês”. Ou ainda na fala de professores: “eles não querem nada, eu não vou me estressar”, “o governo finge que paga, eu finjo que ensino e os alunos fingem que aprendem”.

São muitos fatores que levaram a consolidação dessas crenças, mudar essa concepção de ensino de LE não é tarefa fácil. Torna-se um desafio gigantesco para o professor que queira reverter esse quadro de descrença que se tornou o ensino de língua inglesa nas escolas públicas do país.

Leffa (2011) destaca alguns pontos que contribuem negativamente para o ensino de LE na escola pública. O primeiro grande culpado pelo fracasso do ensino de LE na escola pública é o governo em suas diferentes instâncias e níveis de abrangência municipal, estadual e federal. Segundo o grande paradoxo da educação pública brasileira no ensino fundamental e médio é que professor ensina ao aluno algo que ele mesmo não conhece, e os entediados são incapazes de descobrir o prazer de aprender.

Rajagopalan (2011, p.58) corrobora o discutido acima, afirmando que:

Mas muitas dessas questões estão fora de nossa competência estrita enquanto professores em sala de aula. Muitas delas têm a ver com anos a fio de descaso com a educação. As autoridades que fingem que investem nos lugares certos, os professores fingem que estão ensinando, os alunos fingem que estão aprendendo. Parece que, no lugar de ensino, o que temos é encenação. Uma espécie de faz de conta, elaborada e praticada em escala gigantesca.

Essas citações nos conduzem a alguns pontos que podem sintetizar a situação do ensino de LE em escolas públicas: (1) ausência de políticas públicas que visem solucionar, ou ao menos minimizar, os problemas de estrutura das escolas, tais como: salas superlotadas, desconfortáveis etc.; (2) ausência de políticas públicas voltadas para qualificação contínua do professor, de modo a proporcionar-lhe melhor conhecimento e

fluência na língua e melhor motivação para o trabalho; (3) desenvolver mecanismo de valorização, conscientização e motivação para estudantes e familiares.

Deste modo, o Estado deverá assumir a responsabilidade de implementar políticas de planejamento linguísticos educacionais que conduzam ao ensino efetivo de língua estrangeira, mais especificamente, de língua inglesa. É preciso oferecer às classes sociais menos favorecidas as condições necessárias para acesso ao mundo do trabalho, da academia, e isso só será possível se a escola pública cumprir seu papel.

Aos professores caberá também a responsabilidade de se preocupar com sua formação, com sua fluência, com seus conhecimentos didáticos. É necessário ter uma boa base teórico-metodológica e uma boa fluência, pois só se ensina bem o que se conhece bem. É preciso enfatizar o enfoque comunicativo, buscando desenvolver as quatro habilidades comunicativas de uma língua, como destaca Nicolaidis (2005, p.159),

As línguas estrangeiras são estudadas no ensino fundamental e médio (na maioria das vezes, é o inglês que é ensinado), com o foco na gramática e, infelizmente, muitos professores não são fluentes na língua-alvo. Além disso, no que diz respeito ao inglês, por exemplo, não há oportunidade para os aprendizes praticarem a língua, exceto quando frequentam cursos particulares, privilégio que não é estendido a todos.

Ao estudante também caberá sua cota de participação no processo, buscar se conscientizar da importância da aquisição de uma língua estrangeira, da necessidade de ir além de alguns conceitos e nomenclatura gramatical ou vocabulário descontextualizado. Procurar ter uma percepção crítica da qualidade do ensino que recebe atuando como sujeito ativo nesse processo. Conforme nos propõe Celani (2005, p. 23),

[...] se o ensino-aprendizagem de inglês estiver inserido em uma visão de educação como força libertadora (FREIRE, 1970). A libertação decorrerá de políticas emancipatórias que levarão em conta tanto forças culturais quanto profissionais e que, ao mesmo tempo que proporcionam às pessoas experiências identitárias libertadoras, preservam as identidades locais. É um entregar-se sem renúncias. Isso só é possível com a participação de professores especificamente preparados.

Levando-se em conta as considerações apresentadas até agora, podem-se perceber dois aspectos relevantes ao ensino-aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas, uma relacionada às políticas públicas e outra relacionada à formação do professor.

As políticas públicas se referem às decisões tomadas no âmbito do governo, através de políticas de planejamento linguístico-educacionais por meio de leis, normas, decretos que definem a língua estrangeira a ser ensinada, carga horária da disciplina, estabelecendo parâmetros que norteiam o ensino. Nem sempre essas políticas públicas correspondem a um resultado satisfatório no processo de ensino.

A formação do professor é outro aspecto importante a ser analisado, pois nem sempre após o término da graduação esse novo profissional está apto a exercer a profissão, portanto esse professor precisa estar engajado em novos cursos de aperfeiçoamento, pós-

graduação, extensão, de modo a aprimorar cada vez mais seus conhecimentos.

Além desses dois aspectos há outro não menos importante que diz respeito às concepções de ensino e de aprendizagem, pois, quando se almeja ensinar um idioma é importante ter claramente definidas quais suas concepções de ensino e aprendizagem.

Assim, podemos fazer uma breve exposição das três concepções de ensino aprendizagem que norteiam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são referências para Educação Básica no país.

Segundo os PCN (1998, p. 55), “As concepções teóricas que têm orientado os processos de ensinar e aprender Língua Estrangeira têm se pautado no desenvolvimento da psicologia da aprendizagem e de teorias linguísticas específicas, as quais, influenciadas pela psicologia, explicitaram o fenômeno da aprendizagem linguística.”

As percepções modernas de ensino de LE, que são descritas nos PCN, têm sido influenciadas por três correntes teóricas: a behaviorista, a cognitivista e a sociointeracionista.

O behaviorismo¹ é compreendido como um processo de ensino-aprendizagem que corresponde em adquirir novos hábitos linguísticos, através da automação desses novos hábitos, por meio de ESTÍMULO – RESPOSTA – REFORÇO. Esta visão na sala de aula de língua estrangeira resultou no uso de metodologias que enfatizavam exercícios de repetição e substituição.

Podemos ainda dizer que o behaviorismo tem como foco principal o processo de ensino e o professor, deste modo a aprendizagem tende a ocorrer, caso contrário, ou seja, caso ocorra erros na produção do aluno, o motivo seria a inadequação dos procedimentos de ensino, neste caso, o professor deve recorrer a outras estratégias de ensino para que o aluno desenvolva corretamente o conteúdo estudado.

Deste modo, deve-se proceder com a eliminação ou correção do erro para que não influencie negativamente aos que estiverem expostos ao erro. Neste sentido, costuma-se dizer que na visão behaviorista a aprendizagem está associada a uma pedagogia corretiva.

O cognitivismo² tem o foco de ensino direcionado para o aluno e as estratégias que ele usa para aprender. Entende-se que a mente humana está cognitivamente apta para aprender línguas. Assim quando exposto a uma nova língua tende a estabelecer comparações com regras já internalizadas de sua língua materna, elaborando hipóteses e testando-as em situações de comunicação em sala de aula ou fora dela.

Nesta concepção cognitivista, os erros têm extrema importância, pois são considerados como evidências de que a aprendizagem está em desenvolvimento, visto que os erros correspondem às hipóteses elaboradas pelo aluno em seu esforço de aprender a nova língua, os erros, portanto, passam a ser entendidos como parte do processo de

1 Optamos aqui por extrair essas correntes dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira (1998), por acreditarmos que esse documento é de acesso a todos os professores, tornando-se, portanto, servindo de parâmetro como o próprio nome já diz para a prática docente. Mas, na seção 2.2 trataremos melhor sobre as abordagens de ensino de LE.

2 Ver Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira (1998).

aprendizagem.

O sociointeracionismo³ propõe que a aprendizagem seja de natureza sociointeracional, pois se aprende a partir de sua interação social, seu contexto histórico, cultural e institucional. Os processos cognitivos são gerados a partir dessas interações entre o estudante e o seu meio social.

Tanto a visão behaviorista, com suas estratégias de repetições e substituições, como o cognitivismo, que se utiliza dos conhecimentos prévios armazenados na mente do aluno, contribuem com o processo de aprendizagem, isto é, ambos apresentam grande importância neste processo. No entanto, cada vez mais se tende a explicar a aprendizagem como um fenômeno sociointeracional, ou seja, aprender é uma forma de estar no mundo social com alguém, em um contexto histórico, cultural e institucional.

É através da concepção sociointeracionista que nossa pesquisa será desenvolvida objetivando proporcionar o ensino através de abordagem comunicativa, na qual o processo de aprender vai além da sala de aula, ou seja, não só na interação professor-aluno, mas também na interação aluno-aluno, aluno-vizinho, aluno-mundo. Estimular o estudante a colocar em prática o que aprendeu em diferentes contextos de uso. Nessa perspectiva, o ato de aprender pode também conduzir ao uso das tecnologias digitais que mais do que nunca fazem parte do cotidiano dos jovens de hoje.

Os recursos tecnológicos que permeiam o dia a dia de boa parte dos estudantes brasileiros podem também servir de subsídios pedagógicos para o ensino de LE, sobretudo com o uso da internet podemos promover interatividade para além do ambiente escolar, o que pode servir como elemento motivador da aprendizagem. Conforme Xavier (2005, p. 135),

A competência para usar os equipamentos digitais com desenvoltura permite ao aprendiz contemporâneo a possibilidade de reinventar seu cotidiano, bem como estabelece novas formas de ação, que se revelam em práticas sociais específicas e em modos diferentes de utilização da linguagem verbal e não-verbal.

Portanto, acredita-se que a escola pública deve cumprir seu papel no sentido de oferecer às classes sociais menos favorecidas as informações e os letramentos necessários para que possam interagir na sociedade em condições de igualdade. Não é diferente com LE. De acordo com Celani (2005, p. 14), “a aprendizagem de língua estrangeira é um direito humano a ser assegurado a todos; o ensino-aprendizagem de língua estrangeira faz parte da educação; é, portanto, função da escola.” Essa asserção ratifica ainda mais a nossa proposta: LE precisa ser ensinada na escola e de forma que o aluno consiga estar apto a utilizá-la nas mais diversas situações do seu cotidiano.

3 *Idem*

REFERÊNCIAS

CELANI, Maria Antonieta Alba. "English for all"... preservando o forró. *In*: FIGUEIREDO, Célia Assunção; JESUS, Osvaldo Freitas de (orgs.). **Linguística aplicada**: aspecto da leitura do ensino de línguas. Uberlândia: EDUFU, 2005. 13 – 25p.

LEFFA, Vilson J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. *In*: LEFFA, Vilson J. (org.) **O Professor de Língua Estrangeira**: construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, 2008. 354 – 376p.

_____. "Criação de bodes, carnavalização e cumplicidade. Considerações sobre o fracasso da LE na escola pública". *In*: Lima, Diógenes Cândido de (org.). **Inglês em escolas públicas não funciona**: uma questão, múltiplos olhares. São Paulo: Parábola, 2011. 15 – 32 p.

NICOLAIDES, Christine Siqueira. Inglês no contexto de Hong Kong: um olhar de fora em relação ao aprendizado autônomo de línguas. *In*: FREIRE, Maximina M, *et al.* **Linguística aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: Pontes, 2005. 155 – 172p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** de 20.12.1996, Brasília, 1996.

_____. Lei 11.161 de 05.08.2005 . Institui o ensino obrigatório de espanhol no Ensino Médio.

_____. Medida Provisória nº 746 de 22.09.2016. Verso sobre as reformas ocorridas no Ensino Médio.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Vencer barreiras e emergir das adversidades com pleno êxito, sempre com pé no chão. *In*: Lima, Diógenes Cândido de (org.). **Inglês em escolas públicas não funciona**: uma questão, múltiplos olhares. São Paulo: Parábola, 2011. 55 – 65 p.

SPOLSKY, B. Language policy: key topics in Sociolinguistics. Cambridge, 2004.

_____. Language Management, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

VIDOTTI, Joselita J. Viegas. **Política Linguística para o Ensino de Língua Estrangeira no Brasil do século XIX com ênfase na língua inglesa**. Tese (Doutorado em Letras) São Paulo: USP-SP, 2012.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. **Letramento Digital e Ensino. Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica 1, 2005. 133 – 148 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artes 9, 10, 11, 27, 147, 151

Atuação presencial 152

C

Carolina Maria de Jesus 36, 37, 41, 42, 43, 47, 48, 49

Clarice Lispector 50, 51, 52, 53, 54, 55

D

David Gonçalves 56, 59, 61, 63, 64

E

EaD 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 239

Educação escolar indígena 197, 207, 208, 209

Educação estética 164, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 175, 176

Ensino de línguas 105, 106, 107, 114, 138, 213, 216

Ensino remoto 213, 216

Escrita 1, 2, 27, 28, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 68, 71, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 115, 120, 135, 139, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 186, 187, 205, 208, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 226, 227, 232, 243, 245

F

Formação de professor 128

G

Gil Vicente 1, 2, 3, 5, 6

I

Interdisciplinares 142, 150

L

Letras 2, 6, 15, 24, 26, 27, 34, 35, 48, 54, 64, 74, 114, 129, 132, 133, 136, 150, 151, 157, 168, 195, 196, 212, 213, 223, 228, 229, 230, 232, 234, 249, 251

Linguística 89, 93, 96, 105, 106, 112, 114, 140, 148, 154, 186, 187, 188, 189, 191, 196, 205, 213, 216, 226, 243, 244, 249, 251

Literatura Afroamericana 24, 34

M

Memória 49, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 71, 174, 187, 197, 200, 203, 211, 212

Metodologias ativas 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 215, 225

Mulher negra 30, 33, 36, 37, 40, 42, 44, 47, 146

P

Pedagogia moral 164, 165, 166, 170, 175

Práticas 24, 64, 69, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 109, 113, 116, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 168, 169, 177, 182, 184, 185, 187, 193, 194, 198, 202, 205, 206, 207, 218, 219, 225, 239, 249

S

Segunda língua 108, 155, 197

T

Teorias 7, 77, 83, 112, 115, 137, 181, 201, 235, 245


Transdisciplinar 227, 241, 243

V

Violência 17, 22, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 134, 146, 147, 148, 149, 150, 210, 244


W

Woody Allen 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15

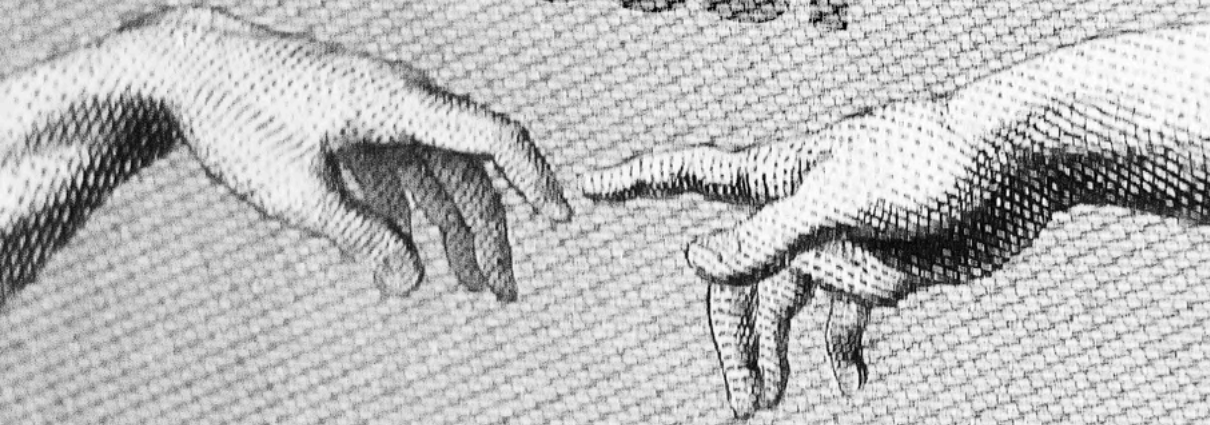
www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**


**Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Linguística, letras e artes:



**Teorias e práticas interdisciplinares
em espaços educativos**

**Atena**
Editora

Ano 2021